

O Boletim de Conjuntura publica ensaios, artigos de revisão, artigos teóricos, artigos empíricos, resenhas e vídeos relacionados às temáticas de políticas públicas.

O periódico tem como escopo a publicação de trabalhos inéditos e originais, nacionais ou internacionais que versem sobre Políticas Públicas, resultantes de pesquisas científicas e reflexões teóricas e empíricas.

Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratização mundial do conhecimento.



BOLETIM DE CONJUNTURA

BOCA

Ano II | Volume 1 | Nº 1 | Boa Vista | 2020

<http://www.ioles.com.br/boca>

ISSN: 2675-1488

<http://doi.org/10.5281/zenodo.3760042>



A CRISE ENTRE EUA E IRÃ: BREVE HISTÓRICO E PERSPECTIVA

Vinicius Modolo Teixeira¹

Resumo

Esse texto aponta para uma longa trajetória de crises entre os EUA e Irã como base para compreender a mais recentes tensões entre os dois países. Vista como uma das mais graves disputas em décadas, a tensão desencadeada pelo assassinato do General iraniano Qassen Soleimani revela uma intrincada disputa pela influência política, religiosa e militar na região do Golfo Pérsico, capaz de atrair as grandes potências para a região, por meio de alianças militares e Organizações de Cooperação em Defesa. Nesse sentido, o objetivo deste ensaio é levantar uma série de acontecimentos das relações entre esses dois atores, de forma resumida, e apontar algumas linhas de ação que poderão se apresentar na geopolítica do Oriente Médio.

Palavras-chave: EUA, Irã, Golfo Pérsico, Oriente Médio.

A mais recente crise entre EUA e Irã, iniciada nos últimos dias de 2019 e com seu ápice na morte do General Qassem Soleimani e a consequente reação iraniana, deixou em alerta a comunidade internacional com o receio de uma guerra generalizada na região do Golfo Pérsico. O histórico de disputas entre os EUA e Irã, entretanto, não data dessa última década e muito menos desse século. Para uma melhor avaliação do momento atual, partindo de visões oriundas das Relações Internacionais e Geopolítica, a revisão de alguns fatos se faz necessária.

Antes de ser uma República Islâmica, a antiga Pérsia contava com um regime dinástico, com o monarca recebendo o título de Xá. Durante séculos a Rússia e o Império Britânico foram atores influentes no Irã. Em seu período final, a dinastia Pahlavi comandou o Irã até sua deposição, em 1979, se aliando aos EUA nos embates da Guerra Fria.

No período posterior a Segunda Guerra, a crescente influência dos EUA nas áreas periféricas da Eurásia, na qual se localiza o Oriente Médio, guiados pelas orientações de Nicholas Spykman (2008) e pela Estratégia da Contenção de George Kennan (Gaddis, 2005) aproximaram os caminhos dos EUA e Irã. Esse período inicial coincide com a ascensão de Mohammed Mossadegh, um político de orientação anti-imperialista e muito popular no país, eleito primeiro ministro do Irã. Mossadegh, com a ajuda do parlamento iraniano, procurou nacionalizar a produção do petróleo do país, contrariando interesses estadunidenses, britânicos e soviéticos. Ao ferir os lucros de empresas ligados aos dois primeiros, a sua deposição passou a ser arquitetada pelos serviços secretos dos EUA e Reino Unido, com o aval do Xá. A derrubada de Mossadegh, no que ficou conhecida como Operação Ajax, marcou a história do país, que a

¹ Professor do curso de Licenciatura em Geografia da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT). Doutor em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). E-mail para contato: falecomovinas@gmail.com



partir daquele momento passou à associar os EUA com o intervencionismo estrangeiro e imperialismo, fato relembado décadas depois no momento da revolução.

Com a conseqüente ampliação dos poderes do Xá Reza Pahlavi, seu governo se tornou progressivamente ditatorial, com a repressão de opositores com o uso de seu serviço de inteligência, a SAVAK. Ao mesmo tempo, o Irã se tornou o principal aliado dos EUA na região do Golfo Pérsico, se associando a Organização do Tratado Central (CENTO²), que teria como objetivo conter o expansionismo soviético naquela região. A posição iraniana dentro do sistema de aliados dos EUA foi reforçada com crescentes compras de armamentos estadunidense, tornando o país um dos principais clientes dessa superpotência no mundo. A proximidade entre os governos dos EUA e Irã se revelou com a compra, dentre outros armamentos, de grandes quantidades de aviões F-4, F-5 e dos modernos F-14, equipados com mísseis de longo alcance Phoenix, então o principal sistema de armas da Marinha dos EUA. Como contrapartida a permissão de acessar tais equipamentos militares, o governo do Xá permitia que os EUA utilizassem instalações no Irã para realizar espionagem de sinais eletrônicos da URSS, a partir da fronteira iraniana e do Mar Cáspio.

Ao final dos anos 1970, a aproximação do governo iraniano com o ocidente, suas intenções de secularização, bem como a crescente repressão a opositores, acabou por deteriorar o poder do Xá frente a lideranças religiosas do país. Essa situação chegou ao limite em 1979, quando o controle do Irã passou às mãos do Aiatolá Khomeini por meio de um movimento revolucionário de base religiosa, levando a instituição de uma República Islâmica e ao afastamento do país do ocidente e, principalmente, dos EUA, vistos como a origem dos problemas políticos e morais que afligiam o Irã. Esse pode ser apontado como o início da longa trajetória de antagonismo entre esses países, com quatro décadas de duração.

As tensões entre os EUA e o Irã iniciam-se logo após a Revolução Islâmica, a partir da crise dos reféns estadunidenses que foram mantidos em sua embaixada em Teerã, em um impasse de mais de 400 dias. Durante a crise, a tentativa frustrada dos EUA de resgatar os reféns por meio de uma operação militar, batizada de Eagle Claw, acabou expondo a impotência dos EUA diante da situação e da possibilidade de resolução da questão por meio do uso da força, só somente foi resolvida com a libertação dos reféns a partir da mediação internacional.

As divergências entre o novo governo e os EUA levaram a imposição de sanções econômicas e embargos de armas contra o país, que ao mesmo tempo passou a enfrentar uma Guerra contra o Iraque, motivada por disputa territorial e influência religiosa. Enquanto o Irã iniciava o novo regime politicamente isolado, o Iraque recebeu apoio europeu, soviético e estadunidense para enfrentá-lo.

² A CENTO, juntamente com a OTAN e SEATO, faziam parte das organizações de cooperação em defesa criadas pelos EUA na Guerra Fria com o objetivo de conter o expansionismo da URSS na Eurásia, sendo partes fundamentais da Estratégia da Contenção.



O longo conflito perpetrado por Irã e Iraque, entre 1980 e 1988, se revelou bastante complexo. A guerra passou por diversas fases e envolvia não só o interesse dos dois países em questão, mas também, dos vizinhos do golfo e de potências estrangeiras, com o desejo de enfraquecer ambos os governos para consequente submissão e apropriação de suas reservas de petróleo. Prova dessas intenções é que o Irã também contou com o apoio dos EUA e de Israel a partir da metade da guerra contra o Iraque. Apesar de serem inimigos declarados do regime iraniano, o apoio desses países foi essencial para a manutenção de suas atividades militares, bastante deterioradas pelos embargos de armas. No episódio que ficou conhecido como o caso Irã-Contras, uma operação comandada pela CIA fornecia ilegalmente armas e peças de reposição ao regime dos Aiatolás, repassadas via operações aéreas por Israel, que também fornecia técnicos para reparar os sofisticados sistemas de mísseis, aeronaves e radares. O dinheiro dessas vendas ao Irã era usado pela CIA para financiar os guerrilheiros Contras, que atuavam para derrubar o governo Sandinista na Nicarágua, tornando-se um dos grandes escândalos governo Ronald Reagan.

Ainda na Guerra Irã-Iraque, os EUA ampliaram sua presença na região do Golfo Pérsico, de modo a garantir a segurança do fluxo de petroleiros para outras regiões. Durante o período que ficou conhecido como a Guerra dos Petroleiros, o Irã e o Iraque buscaram danificar navios que transportavam petróleo de portos de seu rival, o que gerou diversos incidentes contra embarcações civis e militares de nações neutras. Em um desses casos, no início de 1988, uma fragata da marinha estadunidense bateu em uma mina iraniana, gerando uma retaliação do governo dos EUA contra instalações petrolíferas e militares do Irã, no que ficou conhecido como Operação Praying Mantis.

Na esteira desse novo momento conflitivo, em julho de 1988, os EUA abateram acidentalmente uma aeronave Airbus A-300 da companhia Iran Air, com 290 civis, pensando ser uma aeronave militar da Força Aérea Islâmica do Irã. Esse caso expôs graves falhas dos procedimentos de identificação amigo/inimigo abordo de navios dos EUA, agravando a imagem negativa desse país na região.

Já nos anos 2000, os ataques terroristas do 11 de setembro e a consequente "luta contra o terror", colocaram mais uma vez os EUA e Irã em oposição. Com as invasões do Afeganistão (2001) e do Iraque (2003), colocaram o país dos Aiatolás em uma difícil posição, claramente sob um movimento de pinça dos EUA. Ainda que os alvos declarados das forças dos EUA fossem os regimes do Talibã e de Sadam Hussein, o Irã voltou a ser relacionado como inimigo e propenso alvo dos EUA, a partir de sua inclusão como parte do chamado "Eixo do Mal"³, pelo então presidente George W. Bush, em 2002. Desse momento em diante, as tensões envolvendo os EUA e Irã passaram a um novo ciclo, tendo como pano de fundo as operações militares no Afeganistão, Iraque, Golfo Pérsico e o programa nuclear iraniano.

³ <http://g1.globo.com/globo-news/jornal-das-dez/videos/v/bush-chama-ira-iraque-e-coreia-do-norte-de-eixo-do-mal/1635315>



Em meio a crescente pressão da comunidade internacional liderada pelos EUA para que o país abrisse suas instalações de pesquisa nuclear para fiscalização por parte de organismos internacionais, o Irã passou a sofrer diversas sanções econômicas e bloqueios de contas de pessoas ligadas ao seu governo. Diante de um cenário cada vez mais negativo para o país, com a constante pressão dos EUA e aliados contrários ao seu programa nuclear, a diminuição do valor do barril de petróleo em comparação a década passada, o Irã buscou garantir sua segurança por meio de ações externas em apoio aos seus aliados no Iêmen, Iraque, Líbano e Síria.

Com a derrubada de Saddam Hussein e a instauração de um governo republicano no Iraque, a maioria da população de origem Xiita ascendeu ao poder, passando a estabelecer relações cada vez mais próximas com seus vizinhos iranianos. Esses laços se ampliaram substancialmente com a retirada da maior parte das forças da coalizão lideradas pelos EUA, a partir de 2011. Em paralelo, o Irã passou a apoiar de maneira direta as milícias xiitas no Iraque e armar o Hezbollah em sua luta contra Israel. O fator catalizador para a ampliação da influência iraniana nesses países pode ser atribuído a eclosão dos movimentos que levaram a chamada Primavera Árabe. A partir desses movimentos o Irã a se envolveu na luta contra os rebeldes patrocinados por governos estrangeiros na Síria, em estreita cooperação com o governo de Bashar Al Assad. Ao mesmo tempo, passou a apoiar o movimento Houthis contra o governo iemenita. Isso, no entanto, colocou o país em uma situação ainda mais conflitiva contra os países apoiados pelos EUA no golfo, evidenciando a disputa entre dois projetos de influência na região, o de origem iraniana e o outro liderado pela casa Saud, da Arábia Saudita.

Durante os anos recentes, diversos atritos entre forças dos EUA e de seus aliados ocorreram na região das águas e do espaço aéreo do Golfo Pérsico contra forças iranianas. A proximidade de bases dos EUA no Catar, Emirados Árabes Unidos, Bahrein e Kwait, além de suas posições em território afegão, no lado oposto do Irã, proporcionam uma grande vantagem para monitoramento das atividades iranianas, com o uso de navios e aeronaves não tripuladas, que passaram a ser alvo de frequentes protestos iranianos. Vários incidentes, como a captura de um drone secreto RQ-170 sentinel, em 2011, e o abate de um drone RQ-4, em junho de 2019, foram significativas para demonstrar a constante ação de forças dos EUA na vigilância do país de origem persa.

Sofrendo com embargos da comunidade internacional, o Irã foi constantemente impedido de adquirir armamento para modernizar suas forças armadas, que ainda hoje repousa em grande parte em material adquirido durante o reinado do Xá. Mesmo as compras de equipamentos eminentemente defensivos, como as baterias de mísseis antiaéreos S-300 russas, foram negadas ao país durante mais de uma década. Tais equipamentos, apesar de serem imprestáveis para o ataque aos vizinhos e a posições dos EUA, poderiam dificultar a operação desses países em um conflito com o Irã, daí a preocupação em



lhes negar tais armas, somente fornecidos pelos russos após a sua intervenção na Síria. Ao passo que o país encontrou dificuldades em modernizar seus equipamentos militares a partir de fornecedores externos, o regime iraniano conseguiu um sucesso relativo no desenvolvimento de armas locais. Parte dessas novas armas é derivada de engenharia reversa de antigos armamentos dos EUA, modernizados com o auxílio russo e chinês, como no caso de aeronaves de caça e sistemas aéreos, além de uma perigosa colaboração com a Coreia do Norte, para o desenvolvimento de sistemas de mísseis balísticos.

É justamente nos diversos sistemas de mísseis balísticos e mísseis de cruzeiro que reside a principal força de dissuasão iraniana. Mesmo que não se possa averiguar a quantidade total de cada modelo disponível em seu arsenal, e de que as ogivas disponíveis são de explosivos convencionais, o Irã possui dispositivos capazes de cobrir as faixas entre 300 e 2500km, o que coloca todo Oriente Médio e partes da Europa ao alcance de seus mísseis. Além disso, a declarada estratégia de fechar o Estreito de Ormuz⁴ com o afundamento de embarcações também dependeria em parte dessas armas, ainda que tal ação afete totalmente suas exportações de petróleo, totalmente concentradas no interior do golfo pérsico.

Os episódios mais recentes, datando do fim de 2019 e primeiros dias do ano de 2020 são mais um capítulo dessa longa história de disputas entre os EUA, seus aliados e o Irã. A morte do General iraniano Qassen Soleimani dá sequência a essas disputas e atinge justamente o projeto de expansão da influência do Irã pela região, já que esse General era apontado como a pessoa responsável por traçar a estratégia para ação para os países aliados do Irã, um dos responsáveis pelo combate as forças do DAESH na Síria e considerado herói nacional em seu país.

A expectativa dos EUA ao lançar um ataque contra uma das figuras mais importantes do governo iraniano, era justamente frear as ambições do país no exterior e desarticular o apoio a grupos xiitas no Oriente Médio. A pretensão de enfraquecer a influência do regime dos aiatolás no Golfo Pérsico e Península Arábica, ajudaria os aliados sauditas na guerra que se envolveram no Iêmen e poderia melhorar o cenário para uma eventual retirada das tropas dos EUA da região, passando a responsabilidade de controle da região para seus aliados. No entanto, esses cálculos podem ter sido superestimados pelos assessores do presidente Donald Trump.

A aguardada retaliação à morte do General, realizada com o lançamento de mísseis balísticos contra instalações dos EUA no interior do Iraque, demonstrou a prontidão e o poder do Comando de Mísseis da Guarda Revolucionária do Irã. Mesmo sem causar vítimas, a precisão com que os foguetes iranianos atingiram as instalações dos EUA são um forte recado contra novas agressões. Em um eventual embate contra o grupo liderado pela Arábia Saudita, o Irã poderia atacar alvos estratégicos do

⁴ https://br.sputniknews.com/oriente_medio_africa/2019042213734422-ira-ameaca-fechar-estreito-ormuz-responsavel-transito-petroleo



país, levando a prejuízos significativos, como o que ocorreu contra as refinarias sauditas de Abqaiq e Khurais, ainda carentes de esclarecimento.

Um dos pontos que têm sido pouco discutido nas análises sobre a recente crise, é o papel das Organizações de Cooperação em Defesa para debelar ou atuar na disputa. Os EUA e seus aliados europeus, são membros da OTAN, a qual tem participação ativa nas ações no Iraque e Afeganistão, em subversão a sua área de atuação, o Atlântico Norte (MONIZ BANDEIRA, 2016). Em contrapartida, a Organização de Cooperação de Xangai (OCX), por vezes citada como o “Pacto Anti-OTAN”, que tem China e Rússia como seus líderes, fornece suporte político ao Irã, o qual é membro observador dessa organização. Em meio as duas grandes organizações, o Conselho de Cooperação do Golfo⁵ (CCG) que reúne os países de monarquia sunita do golfo, se encaixa perfeitamente no mapa entre a OTAN e OCX, preenchendo o espaço de países aliados contra o Irã.

As informações dos últimos dias dão conta de que os efetivos da OTAN no Iraque deverão ser desmobilizados, de modo seguir as determinações do parlamento iraquiano, porém, a sua atuação no Afeganistão, onde está a maior concentração de suas tropas permanece inabalada. Já em relação a OCX, recentemente as marinhas de Rússia, China e Irã realizaram exercícios militares nas águas do golfo, aproximando ainda mais essas duas grandes potências da área de conflagração.

Após a retaliação iraniana contra os alvos no Iraque e o acidente com a aeronave da Ukraine Airlines no dia 7, as tensões parecem ter chegado ao ponto máximo da escalada, com uma aparente limitação do ímpeto dos discursos e a das ações militares de ambos os lados, levando a crer que a presente crise tenderá a se distensionar.

Como perspectiva, mesmo com a morte do General Soleimani, a estratégia iraniana de maximizar sua influência na região tenderá a ser perene, já que como aponta Moniz Bandeira (2013), a disputa entre xiitas e sunitas deriva dos primórdios da religião islâmica. A retirada de cena do principal articulador não irá desmotivar o alto comando da Guarda Revolucionária e Clérigos Xiitas da ação nos países vizinhos, já que o sucesso obtido nessa empreitada é forte o suficiente para convence-los de sua continuidade. Além disso, um olhar atento sobre a composição e operação das Organizações de Cooperação em Defesa na região do Oriente Médio poderá auxiliar na compreensão de novas crises e de seu desenrolar.

⁵ O CCG tem como membros Arábia Saudita, Bahrein, Emirados Árabes Unidos, Qatar, Omã e Kuwait. Essa organização tem seu braço armado na forma da força Escudo da Península, responsável por responder a uma agressão contra seus membros.



REFERÊNCIAS

GADDIS, John Lewis. **Strategies of Cointainment**. Oxford: Oxford University Press, 2005.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **A Desordem Mundial**: o espectro da total dominação – guerras por procuração, terror, caos e catástrofes humanitárias. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2016.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **A Segunda Guerra Fria**: geopolítica e dimensão estratégica dos Estados Unidos - Das rebeliões na Eurásia à África do Norte e ao Oriente Médio. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

SPYKMAN, Nicholas J. **America's Strategy in World Politics**. New Brunswick, Transaction Publishers, 2008.



BOLETIM DE CONJUNTURA (BOCA)

Ano II | Volume 1 | Nº 1 | Boa Vista | 2020

<http://www.ioles.com.br/boca>

Editor chefe:

Elói Martins Senhoras

Conselho Editorial

Antonio Ozai da Silva, Universidade Estadual de Maringá

Vitor Stuart Gabriel de Pieri, Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Charles Pennaforte, Universidade Federal de Pelotas

Eloi Martins Senhoras, Universidade Federal de Roraima (UFRR), Brasil

Patrícia Nasser de Carvalho, Universidade Federal de Minas Gerais

Conselho Científico

Claudete de Castro Silva Vitte, Universidade Estadual de Campinas

Fabiano de Araújo Moreira, Universidade de São Paulo

Flávia Carolina de Resende Fagundes, Universidade Feevale

Hudson do Vale de Oliveira, Instituto Federal de Roraima

Laodicéia Amorim Weersma, Universidade de Fortaleza

Marcos Antônio Fávaro Martins, Universidade Paulista

Marcos Leandro Mondardo, Universidade Federal da Grande Dourados

Reinaldo Miranda de Sá Teles, Universidade de São Paulo

Rozane Pereira Ignácio, Universidade Estadual de Roraima